



CARTA NITERÓI

Educação Pública e Pesquisa: Ataques, lutas e resistência. 39ª Reunião Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – Anped

Um dos saberes primeiros, indispensáveis a quem, chegando a favelas ou a realidades marcadas pela traição a nosso direito de ser, pretende que sua *presença* se vá tornando *convivência*, que seu *estar no contexto* vá virando *estar com* ele, é o saber do futuro como problema e não como inexorabilidade. É o saber da história como possibilidade e não como *determinação*. O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também é o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da *história*, mas seu sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, *constato* não para me *adaptar*, mas para *mudar*. [...] Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. [...] Há perguntas a serem feitas insistentemente por todos nós e que nos fazem ver a impossibilidade de estudar por estudar. [...] Em favor de *que* estudo? Em favor de *quem*? Contra *que* estudo? Contra *quem* estudo? (FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa*. 59ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra. 2019. p. 74-75)

Retomando Paulo Freire, em sua concepção de história como possibilidade e não como determinação, entendemos a necessidade de lutar contra a retomada neoliberal, em sua feição conservadora e neofascista no Brasil, expressa pelas políticas de ajustes fiscais, previdenciárias, trabalhistas e ambientais, que, em contraposição à consolidação de políticas sociais, acentua a desigualdade e naturaliza a violência, como mecanismos de marginalização, controle e regulação da sociedade.

Opção político-econômica e ideológica, alinhada aos retrocessos do contexto mundial que se apropriam do fundo público para expansão do capital, consolidam-se no Brasil, por meio de políticas de ódio, emendas regressivas à Constituição Federal de 1988, por ameaças ao Estado Democrático de Direito e pela efetiva redução dos direitos sociais.

Este processo de mudança no âmbito das políticas do governo federal foi desencadeado a partir do Impeachment de 2016 e intensificado, após os resultados das eleições de 2018, numa conjuntura de acirramento das disputas sobre o sentido do direito e da justiça social no país, possibilitando o recrudescimento de posições que expressam fundamentalismos religiosos, homofobia, machismo, racismo, feminicídio, e preconceitos de classe, que marcam e explicitam fissuras na sociedade brasileira que precisam ser compreendidas, enfrentadas e superadas.

A agenda do atual governo reduz o orçamento para educação, ciência e tecnologia; ratifica a Emenda Constitucional N. 95/2016, que estabeleceu teto arbitrário para o crescimento dos investimentos sociais e nenhuma restrição ao pagamento de juros e encargos da dívida; e impõe uma pauta regressiva e conservadora para as políticas e

anped

Rua Visconde de Santa Isabel, 20 Conj. 206-208 – Vila Isabel-RJ – CEP. 20560-120

(21) 2576-1447 / 2576-2172 – FAX: (21) 3879-5511

www.39reuniao.anped.org.br – www.anped.org.br

secretariaexecutiva@anped.org.br – anped@anped.org.br

CNPJ 30018 410 0001-20



gestão da Educação Básica e Superior. No tocante à pesquisa e pós-graduação vivencia-se uma tentativa de desmonte do sistema nacional de ciência e tecnologia, expressos nos cortes orçamentários, na proposição de fusão e redirecionamento do papel dos órgãos de fomento, bem como na interpenetração esfera pública e privada em detrimento do setor público.

Diante de tal realidade e, mais uma vez sob a inspiração do Patrono da Educação Brasileira, Paulo Freire, a ANPEd reafirma o princípio constitucional do direito à educação, por meio da defesa:

- a) Dos princípios pactuados na Constituição Federal de 1988, destacando: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola a todas e todos; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização dos profissionais da educação, garantidos, na forma de lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; gestão democrática do ensino público; garantia do padrão de qualidade; piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública.
- b) Do caráter público, gratuito, laico, inclusivo, autônomo, democrático e de qualidade do sistema educativo e de suas instituições, em contraposição ao conservadorismo vigente, incluindo a implantação de escolas cívico-militares, da educação doméstica e a adoção de organizações sociais na gestão da educação.
- c) Da revogação imediata da Emenda Constitucional n. 95/2016 e recomposição e ampliação do orçamento da educação e da pesquisa, assegurando o cumprimento do PNE 2014-2024 e do PNPG 2011-2020, seus comandos e proposições, visando a garantia do direito à educação de todos e todas, da creche à pós-graduação, bem como condições de expansão e interiorização da educação básica e superior com qualidade, inclusão e gratuidade, assim como respeito ao patrimônio público intelectual que estas instituições representam no país.
- d) Da retomada de participação social, representada em seus mais diversos órgão colegiados (conselhos, fóruns e comissões), visando a democratização do Estado.
- e) Da interrupção imediata de todos os acordos, contratos, parcerias que impõem ao sistema educacional a lógica mercantil e gerencialista, à gestão, formação e avaliação nos sistemas públicos e suas instituições.

As (os) pesquisadoras(es) da área de educação reunidos na 39ª Reunião Nacional da ANPEd, realizada em Niterói, no período de 20 a 24 de outubro de 2019, diante dos retrocessos decorrentes das políticas, ações e ataques do Governo Federal, reafirmam a defesa do Estado democrático de direito, da Educação Pública e da pesquisa, por meio de lutas e resistências que se materializam na busca da garantia do direito a educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade social para todas e todos.



EDUCAÇÃO PÚBLICA E PESQUISA:
ATAQUES, LUTAS E RESISTÊNCIAS.

20 a 24 de Outubro de 2019
Universidade Federal Fluminense
Niterói - RJ

Carta aprovada na 39ª Reunião Nacional da ANPEd, Niterói em 24 de outubro de 2019.

anped

Rua Visconde de Santa Isabel, 20 Conj. 206-208 – Vila Isabel-RJ – CEP. 20560-120
(21) 2576-1447 / 2576-2172 – FAX: (21) 3879-5511
www.39reuniao.anped.org.br – www.anped.org.br
secretariaexecutiva@anped.org.br – anped@anped.org.br
CNPJ 30018 410 0001-20